

Os jornais e a imagem dos congressistas

Não é normal em termos jornalísticos o espaço e o tempo que entre nós os meios de comunicação social dedicam aos trabalhos legislativos. É claro que no passado já foram bem maiores e sua redução corresponde a uma gradual adaptação aos moldes gerais de tratamento do assunto. Não se vê em *The New York Times* ou em *Le Monde*, por exemplo, noticiário sistemático e amplo das câmaras legislativas, que só convocam a atenção da imprensa na oportunidade de grandes debates políticos ou de decisões de amplo interesse nacional. Mas aqui criou-se a expectativa de cobertura de rotinas parlamentares que só teve justificativa na reabertura do Poder Legislativo, ocorrida em 1946, segundo lembraram Villas-Bôas Corrêa e Heráclio Salles, dois repórteres que viveram intensamente aquela experiência. É que o Congresso ressuscitava depois do eclipse do Estado Novo de Getúlio Vargas, cujos corifeus diziam que voto não enche barriga e que eleição para a Câmara era preocupação de leguleios em férias.

Em 1946 e anos seguintes a crônica parlamentar que ocupava a parte nobre da imprensa era exercida pelos grandes, como Prudente de Moraes, neto, Carlos Lacerda, Osório Borba, Rafael Correia de Oliveira, Odilo Costa, filho, Edgar da Mata Machado e o então iniciante Otto Lara Resende. Heráclio Salles, no *Correio da Manhã*, dava um tom de ensaio político a uma extensa reportagem diária sobre os trabalhos ocorridos no Palácio Tiradentes. Esse modelo, no entanto, não teve seguidores, pois a rotina foi empobrecendo o ritual parlamentar e abrindo espaço à sua substituição pelo comentário propriamente político, que conseguiu sobreviver ainda que policiado no longo período de regime militar.

Hoje não há motivo para que se mantenha tão viva nos jornais a presença da Câmara e do Senado, como reclamam deputados e senadores depois da última eleição. Seria o mesmo que se desse igual atenção às rotinas dos tribu-



nais ou dos ministérios do governo. Os temas tornam-se jornalísticos na medida em que afetam interesses mais amplos da sociedade. Do governo espera-se que opere bem, qualquer que seja o seu órgão. Quando funciona mal, quando ofende por ação ou omissão aqueles interesses é que fornece assunto para exame e comentário dos órgãos de comunicação. Mordomias, por exemplo, costumam ser tema de jornais e revistas porque não representam uma ação normal dos órgãos do poder público.

Não creio que a transferência do Congresso para Brasília tenha tido efeito por si mesma na atenção dos jornais pela Câmara e pelo Senado. Nos começos da nova capital as sucursais brasileiras mantinham repórteres para as clássicas coberturas de plenário e de comissões, que foram perdendo espaço pela mudança de ênfases nas coberturas jornalísticas e a verificação de que se perdia tempo, espaço e dinheiro com a cobertura de rotinas que não convocavam mais tanto interesse. O volume de notícias que as sucursais enviam para as sedes, notadamente Rio e São Paulo, continua em crescendo, mas a variação de interesse é notável, sobretudo pelos espaços conquistados pelo noticiário de natureza econômica. A economia faz-se nos grandes centros mas seu comando político concentra-se cada vez mais em Brasília. Aqui funcionam na plenitude os órgãos do Ministério da Economia, o Banco Central e o Banco do Brasil, que continuam em São Paulo e Rio apenas para atender ao grosso das suas operações. As decisões voltam a ser elaboradas na capital.

Não foi Brasília que desviou a atenção do público do Congresso mas o próprio país, o próprio público dos jornais e das redes de televisão que diversificou sua linha de interesses e passou a exigir tratamento mais exigente a outros itens do menu. Brasília pode ter dado à imprensa oportunidade para reexame das suas prioridades sem pressão dos lobbies do Congresso.

A Gordilho vem aí

Da vereadora Regina Gordilho, eleita deputada federal pelo Rio de Janeiro, recebi o seguinte telegrama:

"Agradeço palavras de credibilidade na honestidade e firmeza de meus atos junto à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Não decepçiona-

rei na Câmara Federal à procuração que me foi dada pelo povo, nas urnas, em prol de uma vida mais digna aos brasileiros e à população do Estado do Rio de Janeiro, recuperando a imagem do político brasileiro desgastada pelo número de votos nulos e brancos apurados".